
Deputada investigada na Sanguessuga é denunciada

O Ministério Público Federal de Mato Grosso denunciou a ex-deputada federal Celcita Pinheiro por associação à quadrilha especializada em fraudar licitações para a compra de ambulâncias — esquema descoberto na Operação Sanguessuga.

Celcita responderá duas ações. Uma é pela prática de improbidade administrativa, que pode levá-la a ter os direitos políticos suspensos. Na outra, irá responder na Justiça Federal por formação de quadrilha, recebimento de vantagem indevida e lavagem de dinheiro.

De acordo com a denúncia do MPF, como deputada federal, Celcita propôs emendas ao orçamento geral da União direcionadas para a compra de ambulâncias. Ela integrava o braço político que ficou nacionalmente conhecido como a máfia dos sanguessugas, responsável por garantir os recursos no orçamento e destiná-los aos municípios e entidades de interesse da do grupo acusado. Ao apresentar as emendas em conluio com a organização, os deputados embolsavam por volta de 10% a 15% do valor de cada emenda orçamentária.

Candidata à reeleição em 2006, Celcita Pinheiro é suplente pelo partido DEM e ocupa atualmente o cargo de secretária municipal de Assistência Social e Desenvolvimento da prefeitura de Cuiabá.

Na semana passada foi denunciado o ex-deputado federal Lino Rossi. Ele vai responder pelos crimes de lavagem de dinheiro, corrupção, fraude e formação de quadrilha. O processo corre em segredo de Justiça. Lino Rossi é acusado junto com o empresário Luiz Antônio Vedoin e o seu pai, Darci Vedoin, donos da Planam, de terem desviado R\$ 110 milhões da União a partir de 2001.

Números da operação

De acordo com a Procuradoria da República de Mato Grosso, já são 140 denunciados na Operação Sanguessuga — 81 pessoas em junho do ano passado (incluindo os Vedoin) e 59 pessoas no mês de agosto. Agora, o que o MPF está fazendo é oferecer denúncias pontuais. Ou seja, está individualizando a conduta dos acusados que ainda eram investigados pela Polícia.

A Operação Sanguessuga foi deflagrada pela Polícia Federal em maio de 2006, após investigação do Ministério Público em Mato Grosso. Foi apurado que o esquema tinha ramificações em prefeituras, associação de municípios, empresas de fachada, no Ministério da Saúde e até dentro do Congresso Nacional, com parlamentares aprovando emendas para favorecer empresas que superfaturavam o preço de ambulâncias.

Date Created

03/07/2007